

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

URBANISMO SUSTENTÁVEL: HÁ UM CAMINHO BRASILEIRO?

ST: URBANISMO SUSTENTÁVEL: HÁ UM CAMINHO BRASILEIRO?

José Almir Farias Filho
Universidade Federal do Ceará
josealmirfarias@gmail.com

Denise Barcellos Pinheiro Machado
Universidade Federal do Rio de Janeiro
denisepm10@gmail.com

URBANISMO SUSTENTÁVEL: HÁ UM CAMINHO BRASILEIRO?

RESUMO

Nos últimos anos, o “Urbanismo Sustentável” vem se desenhando em pesquisas e experimentações realizadas por teóricos e profissionais de diferentes campos do conhecimento, articulando um diálogo entre as ciências naturais e sociais com as artes e humanidades. Este cruzamento de saberes tem conduzido a, pelo menos, duas grandes vertentes de atuação: a do planejamento urbano, que investiga padrões de urbanização em sinergia com a dinâmica ecológica; e a do desenho urbano, que investe na concepção de projetos resilientes e socialmente mais justos. Compreender o contexto em que se inserem os estudos e casos práticos é o objetivo central da sessão temática “Urbanismo Sustentável: Há um caminho brasileiro?”, parte integrante do IV Enanparq. Os seis artigos que compõem essa sessão temática, mesmo que não abarquem todas as nuances dessa questão complexa, oferecem uma amostra do atual debate acadêmico brasileiro sobre o urbanismo sustentável, revelando parte de nossos dilemas teórico-conceituais e anseios por respostas mais consistentes. Ao considerar o conjunto dessas contribuições, o texto que se segue não se restringe a uma resenha crítica, mas propõe um outro percurso interpretativo a partir de uma reflexão sobre aqueles conteúdos e passagens mais provocativos. Como se pode deduzir, tal expediente demanda ao leitor um esforço extra de se lançar sobre os demais textos.

Palavras-chave: Urbanismo sustentável. Política urbana. Ecologia urbana.

SUSTAINABLE URBANISM: IS THERE A BRAZILIAN ISSUE?

ABSTRACT

In recent years, the "Sustainable Urbanism" has been drawing on research and experiments carried out by theorists and practitioners from different fields of knowledge, articulating a dialogue between the natural and social sciences with the arts and humanities. This combination of knowledge has led to at least two major strands of work: the urban planning, investigating urbanization patterns in synergy with the ecological dynamics; and the urban design, that focus on the design of resilient and more socially fair projects. Understand the context in which are inserted the studies and practical cases, is the central objective of the thematic session "Sustainable Urbanism: Is there a Brazilian issue?" in the IV Enanparq. The six articles of this thematic session, even though they do not cover all the nuances of this complex issue, offer a sample of the current Brazilian academic debate on sustainable urbanism, revealing part of our theoretical and conceptual dilemmas and yearnings for more consistent responses. This text considers all these contributions, but is not restricted to a critical review. It proposes an interpretive issue from a reflection on those contents and more provocative passages. As can be deduced, it demands from the reader an extra effort to launch on other texts.

Keywords: Sustainable urbanism. Urban policy. Urban ecology.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o “Urbanismo Sustentável” vem se desenhando em pesquisas e experimentações realizadas por teóricos e profissionais de diferentes campos do conhecimento, articulando um diálogo entre as ciências naturais e sociais com as artes e humanidades. Este cruzamento de saberes tem conduzido a, pelo menos, duas grandes vertentes de atuação: a do planejamento urbano, que investiga padrões de urbanização em sinergia com a dinâmica ecológica; e a do desenho urbano, que investe na concepção de projetos resilientes e socialmente mais justos.

Compreender o contexto em que se inserem os estudos e casos práticos é peça fundamental para o aprimoramento de abordagens futuras, quer em forma de políticas urbanas, planos de conjunto, projetos parciais ou diretrizes normativas. Considerando essa premissa, propomos a sessão temática “Urbanismo Sustentável: Há um caminho brasileiro?”¹ tendo por objetivo refletir sobre o atual estágio de desenvolvimento dessa área de conhecimento entre nós. O cenário nacional incita diversos questionamentos que podem ser desdobrados em três grandes tópicos: o teórico-conceitual; as experimentações e práticas; os impasses e desafios.

Sobre a problemática teórico-conceitual pairam posicionamentos discordantes. Qual o status científico do urbanismo sustentável? Trata-se de um inovador sistema doutrinário ou um conjunto de teorias independentes, mas complementares? Um modelo original ou simplesmente uma coleção de manuais e guias práticos que relacionam problemas e soluções técnicas? Refere-se a uma nova utopia ou a uma política de conscientização? Representa o mais recente tratado urbanístico ou estaríamos uma vez mais diante de uma proposta de cidade ideal?

Sobre as experimentações e práticas, é preciso averiguar qual a contribuição do urbanismo na formatação de políticas públicas e arranjos de governança que levantam a bandeira da “sustentabilidade urbana”. Também cabe discutir a circulação e difusão de ideias nos meios acadêmicos e profissionais. Seja como transposições ou transferências de modelos, seja como repetições em contexto particulares, essas ideias têm o poder de desenhar e alterar a atuação profissional e se traduzem em inquietações que envolvem as agendas de pesquisa.

Sobre os impasses e desafios, sabe-se que o acirramento dos conflitos socioeconômicos entre interesses especulativos e patrimonialistas intensificam os riscos e neutralizam serviços e mecanismos de proteção ao ambiente. Pode-se questionar qual seria o papel do urbanismo sustentável frente à ação estatal. Teria ele a tendência de ser um complemento da livre ação

¹ Parte integrante da Programação do IV Enanparq, realizado em Porto Alegre-RS, no período 25 a 29 de julho de 2016.

do mercado e das tendências de desregulação? A eficiência, eficácia e efetividade de suas ações dependeriam fundamentalmente de um retorno a um Estado centralizador e tecnocrático?

Há também o problema dos arquitetos-urbanistas que se mostram menos preparados para lidar com o tema e parecem ter perdido o protagonismo da iniciativa para especialistas científicos, organizações internacionais e associações ecológicas. Complementarmente, tem-se o desafio da compartimentação do conhecimento técnico-científico. Como tratar assuntos complexos como desigualdades e vulnerabilidades no ambiente construído sem associar abordagens pluri, inter e transdisciplinares? As divergências são evidentes diante da heterogeneidade de análises e experiências que pulverizam noções e juízos.

Os seis artigos² que compõem a sessão temática, mesmo que não abarquem todas as nuances dessa questão complexa, oferecem uma amostra do atual debate acadêmico brasileiro sobre o urbanismo sustentável, revelando parte de nossos dilemas teórico-conceituais e anseios por respostas mais consistentes. Ao considerar o conjunto dessas contribuições, o texto que se segue não se restringe a uma resenha crítica, mas propõe um outro percurso interpretativo a partir de uma reflexão sobre aqueles conteúdos e passagens mais provocativos. Como se pode deduzir, tal expediente demanda ao leitor o esforço extra de se lançar sobre os demais textos.

2. CONDENADOS A INVENTAR...O URBANO E O AMBIENTAL

A questão do urbanismo sustentável, ainda recente no Brasil, traz consigo a necessidade de se reportar aos conceitos, modelos e experiências formalizados nos países centrais. Neste ponto não há novidade, na medida em que sempre fizemos uso das traduções e transferências. O que importa mesmo é encontrar respostas consistentes não apenas para os problemas herdados da cidade industrial e das mutações pós-fordistas, mas sobretudo, enfrentar os desafios de nossa condição histórica que já não cabem mais na fórmula “cidade partida”. No Brasil, para além das tradicionais injustiças do espaço urbano – habitação precária, segregação e ausência de infraestrutura – surgem novas formas de pobreza e desigualdade: feminização da pobreza, idosos vulneráveis, juventude em perigo, degradação ambiental acelerada, etc.

² Os artigos encontram-se referenciados na lista bibliográfica.

A elaboração de uma matriz comparativa onde constam as principais abordagens de desenvolvimento urbano sustentável³, evidencia a necessidade de distinção entre ‘urbanismo sustentável’ e ‘urbanismo ecológico’ como uma real diferenciação em termos do conhecimento prático e científico. O urbanismo sustentável consistiria em uma abordagem, digamos mais pragmática, que trata das questões como o crescimento urbano inteligente (*smart growth*), o bom design do Novo Urbanismo e as certificações de alto desempenho ambiental para edifícios. O urbanismo ecológico, ao convergir os campos da ecologia e do urbanismo, representaria um avanço teórico e prático em relação ao anterior, abrindo a possibilidade para a interdisciplinaridade e participação comunitária, resultando em soluções mais consistentes.

Segundo os autores, tomadas individualmente as diferentes ações propostas por uma abordagem ou outra, não seriam capazes de atacar o vasto leque de problemas e desafios que se colocam no espaço urbano. Mas, por certo, o contrário disso não se tornaria verdadeiro. O distúrbio não se restringe à ausência de articulação sincronizada de determinadas ações, por mais que elas sejam reconhecidamente aceitáveis. É forçoso admitir que a cidade é fruto de uma relação complexa entre suas formas físicas e as diferentes forças que a atravessam e inevitavelmente desemborcam em vínculos de dominação e de sujeição.

Por isso é que, no plano político, construir uma urbanidade a partir de ações de sustentabilidade exige o desafio de uma ampla reforma ao mesmo tempo social e ambiental, condição que exige como pré-requisito um poder urbano (gestores e comunidade organizada) com a maior autonomia possível. O inconveniente é que, historicamente, todo desejo de reforma e autonomia da cidade esbarra nos condicionantes externos – um complexo de determinações políticas, técnicas, financeiras e culturais – que em geral reagem em ações de contrarreforma. Como afirma Sachs (2010), qualquer iniciativa de reforma urbana, ou a retomada do planejamento em novas bases, é vítima da reação de contrarreformas neoliberais, mesmo que essas busquem enfrentar as desigualdades sociais e a degradação ambiental.

O problema das abordagens urbanísticas sustentáveis talvez seja o de não saber incorporar consistentemente as ações de igualdade e equidade no espaço urbano, pois tradicionalmente essas são vistas como subproduto do desenvolvimento econômico. A igualdade designa o fato de usufruir o mesmo status em todos os aspectos da vida, inclusive o de renda. A equidade é derivada da noção de igualdade moral segundo a qual os indivíduos deveriam ser

³ Tão, Nicolas Guerra Rodrigues; Faustino, Alexandre da Silva; Silva, Ricardo Siloto da; Peres, Renata Bovo. Convergências dos campos urbano e ambiental em propostas conceituais que visam a sustentabilidade urbana: avanços e desafios.

tratados como iguais⁴. Como lembra Jones (2009), esta carência se deve às dificuldades em lhes dar valor operatório e de traduzi-las em intervenções que se inscrevem em políticas públicas de grande repercussão. As posições ideológicas e as abordagens convencionais do desenvolvimento herdado do Consenso de Washington ainda predominam nos espíritos e nos governos.

3. O RETORNO (IMPROVÁVEL?) DA UTOPIA

Por mais que muitos analistas insistem na condição utópica de certos princípios e diretrizes do urbanismo sustentável, é pouco provável que estejamos vivenciando um retorno da utopia. Os relatos historiográficos nos ensinam que a década de 1960 foi o último grande sopro da utopia. Rafaelle Raja lembra que aquele foi um “momento de conjunção de inspirações múltiplas e contraditórias visando exaltar os componentes mais modernos da sociedade e representar um hipotético mundo futuro através de visões oníricas e hipertecnologizadas” (Raja, 1993, p.29). Certamente o mundo mudou e anda mais impaciente e sombrio. No lugar das digressões delirantes do Archigram ou da orgulhosa autoafirmação dos metabolistas, o imperativo tecnicista significa, no momento atual, a expressão maior de um devir technocósmico, em que a cidade se torna uma “megamáquina” (Hottois, 2002).

Consciente dessa nova realidade, as concepções de urbanismo sustentável pertencem a um tipo de formulação que não atualiza nem hibridiza os modelos urbanísticos utópicos anteriores. O desafio agora é preservar e planejar, com o auxílio cauteloso das soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental, o uso dos recursos através de um agir “responsável”. Assim, não há um modelo espacial ideal a ser replicado, pois a ideia é melhorar a cidade existente. Na maioria das proposições, a intenção é partir da cidade tal como ela é (a cidade já está lá), e para a qual se busca um “equilíbrio”.

Mas, de modo indireto e não formalizado, a dimensão imaginária está presente, por meio de normas de ação e instrumentos técnicos que expõem uma visão de “vida partilhada”. Neste caso, as referências à utopia são mais complexas, mais próximas da contradição. Esse teor pode ser observado, por exemplo, em contextualizações como os princípios da ‘*smart city*’ e o advento das ‘comunidades alternativas’. Em concepções como estas, é possível encontrar elementos utópicos atrelados a novas formas de cidade e de vida comunitária. As justificativas admitem que o campo está livre de qualquer referência relevante e usa a estrutura

⁴ Em termos de princípio, que subte o exercício efetivo dos direitos humanos, a igualdade comporta alguns componentes fundamentais como a indivisibilidade desses direitos, a não-discriminação e a coesão social, a prioridade às categorias vulneráveis e marginalizadas. A equidade faz referência à distribuição das oportunidades. Para aqui que concerne as condições de existência na cidade, trata-se de igualar as oportunidades, e isso toma a forma de acesso aos serviços de saúde, à instrução e aos bens públicos de maneira imparcial e justa (Jones, 2009).

demonstrativa das utopias em três etapas: a denúncia dos males contemporâneos da sociedade urbana, a crítica das tradicionais ferramentas de gestão e a possibilidade de um estilo de vida alternativo.



Figura 1 – Smart City: sustentável e inteligente.
Fonte: <http://lagunaresidencial.com.br/empreendimento/>



Figura 2 – Ecovilas: sustentável e barato. Fonte: <http://ecoviladamontanha.org/ecovilas/>

O artigo de Gabriel Figueiredo⁵ levanta dúvidas acerca do modelo urbanístico *smart city* e de sua implementação no contexto brasileiro, destacando sua convergência com o figurino da gestão empresarial que adota soluções padronizadas objetivando um ganho de eficiência, em geral se referindo à provisão de serviços e ao uso de recursos naturais, financeiros e energéticos. Não se especificam os procedimentos de como, quando, onde e para quem se dará essa melhoria. Com isso ignora os processos e conflitos sociais reproduzidos em seu território, sinalizando uma forte probabilidade de desassistência às camadas mais vulneráveis da população.

O autor observa, também, o predomínio de soluções desequilibradas devido a urgência em melhorias urbanas, em detrimento de uma estratégia de planejamento a médio e longo prazo. Tudo se passa como se esses esforços particularizados convergissem naturalmente para gerar uma *smart city*, resultando em uma “hiper-somatória” de *smart projects*. Essa ideia, ingênua em sua simplificação, é fortalecida pelo modelo neoliberal e empresarial de gestão das cidades, em que se tornar “smart” é praticamente um esforço de *branding*, visando a conquista de uma certificação que traz maior competitividade frente a outras cidades.

Os artigos de Heliana Rocha⁶ e de Ana Carolina Diório⁷ discorrem sobre as práticas alternativas ao sistema hegemônico. O pressuposto teórico adotado nesses trabalhos considera a utopia como sendo o inverso da hegemonia. Nessa interpretação, a utopia enquadra-se em tudo aquilo que o sistema não acolhe como prevalente para a concentração de riquezas. Assim, as propostas de reformulação urbana e social, praticadas desde o final do século XX, correspondem a uma resposta não-hegemônica através da implantação de comunidades intencionais de base autogestionária e assentadas em aspirações socioculturais ambientalistas e em escolhas pessoais de mudança do modo de vida.

A ideia de *smart city* é próxima da ideia de *smart growth*, termos que revelam uma reação bem específica ao exagero e ao desperdício do modelo norte-americano de consumo do espaço. Segundo D. Farr (2013), quatro fatores parecem ter favorecido essa emergência: as mutações demográficas, como o envelhecimento da população que obriga a repensar as infraestruturas urbanas; o desenvolvimento de uma ética ambiental; a inflação da carga fiscal do ambiente construído; e uma visão mais nuançada do desenvolvimento. Na tradução brasileira, o “inteligente” incomoda, pois deixa a impressão de que tudo o que foi feito antes saiu da firme determinação de um bando de incompetentes. Mas será que estamos sendo

⁵ Figueiredo, Gabriel Mazzola Poli de. Cidades inteligentes no contexto brasileiro: a importância de uma reflexão crítica.

⁶ Rocha, Heliana Faria Mettig. Urbanismo sustentável e comunidades em áreas urbanas vulneráveis: novas utopias?

⁷ Diório, Ana Carolina Dias. Sustentabilidade e alternativas sócio-espaciais: análise de três comunidades intencionais no sul de Minas Gerais, Brasil.

inteligentes em “comprar” esses pacotes inteligentes? Apesar da correção e boa intenção de muitas de suas soluções, pode-se duvidar de sua predisposição para mudar a fórmula do desenvolvimento urbano contemporâneo.

Já o ressurgimento das práticas urbanísticas alternativas (expressas agora em ecobairros, ecovilas, etc.) se deve ao fenômeno mais recente de empoderamento dos coletivos cidadãos: atores engajados da economia solidária; empreendedores sociais adeptos das trocas de bens e das trocas de saberes; atores da rede de cidades em transição; membros de alianças cidadãs de todos os gêneros, fóruns sociais de diversos horizontes, pactos de associações e de cidadãos, criativos culturais, etc. Da convergência de interesses individuais e coletivos surgem soluções para além daquelas tecnicistas e unidirecionais, exemplificando com perfeição que a esfera pública já não é o único lugar de participação racional a partir da qual se determina a ordem social. Como lembra Canclini (1997), a hibridação cultural decorrente da expansão urbana estimulou novos modos de habitar as cidades, onde cada pessoa ou grupo pode almejar isolar um espaço próprio. Todavia, resta-nos duvidar se os agenciamentos sociais derivados das comunidades alternativas avançariam para além das fronteiras de suas estruturas microsociais da urbanidade.

4. O URBANISMO SUSTENTÁVEL É UM URBANISMO DE GESTÃO?

Uma das interpretações mais recorrentes é aquela que julga as ações do urbanismo sustentável como filiadas a uma "ideologia de conotação cientificista e tecnocrática", tendo como objetivo supremo alcançar um "urbanismo de gestão" (Levy, 2009, p. 148). Nesse modo de ver, a finalidade não é mais transformar radicalmente a sociedade. De modo mais modesto, busca-se reduzir as desigualdades e enfatizar a solidariedade, distanciando-se de uma ideologia espacialista, entendida como a crença de que a ação sobre o espaço reforma o indivíduo e o social.

O espaço não apareceria mais como o principal veículo para a ação sobre a cidade, uma vez que muitas das ações propostas são de ordem imaterial e lidam com as práticas diárias, como o consumo. Mais importante seria a racionalização da gestão dos recursos naturais, em especial a análise da totalidade do ciclo de vida dos materiais, o desenvolvimento de matérias-primas e energias renováveis, e a redução da quantidade de materiais e energia utilizados. Mas, vistas dessa forma, as ferramentas e técnicas tendem a exceder o seu papel como auxiliares de decisão simples para conter em si o sentido e a finalidade da ação sobre a cidade, em risco de perder o espírito de alguma reforma social.

É nesta perspectiva que o recurso à técnica de aferição torna-se onipresente, estimulando a adoção de múltiplos indicadores, normas, índices e outras referências destinadas a equipar a gestão urbana. As ações urbanísticas ficam sujeitas às avaliações de performance, de modo a reduzir os desperdícios, reduzir os custos de funcionamento e de exploração dos recursos, além de melhorar a gestão dos riscos. Essa determinação aproxima mais uma vez o planejamento urbano das estratégias das corporações capitalistas.

Dois artigos⁸ trazem luz sobre a certificação ambiental, uma das ações mais festejadas em se tratando de políticas urbanas sustentáveis. A certificação ambiental depende da adoção de indicadores, metas, boas práticas e rankings. Cria-se bancos de dados, difunde-se os casos exemplares e as referências nacionais e internacionais de excelência para a melhoria integrada dos indicadores urbanos. O objetivo é inspirar as ações de gestores públicos, empresas e outras instituições para a construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.

Mas uma leitura crítica e objetiva (de informações dispersas em relatórios, livros, sítios digitais e outros meios de comunicação), revela um cenário com as mais diversas métricas geradas por diferentes organizações públicas e privadas. Há um embate entre métricas verificáveis e jogos de palavras para a quantificação dos indicadores que podem servir a manobras e manipulações. Os procedimentos são questionáveis e carecem de revisão ou novas metodologias⁹. Mas, no que pese os efeitos dessa desconfiança, não seria o caso de admitir que, mesmo assim, se trata de um avanço, um ponto a favor no terreno da transparência da gestão urbana?

O problema das certificações ambientais é que o expediente não ambiciona definir uma nova economia que não se baseie no crescimento ilimitado ou que se fundamente em valores subjetivos como a felicidade. De fato, essas ações não desconstróem o pressuposto do desenvolvimento (econômico, social ou humano) e o uso de termos como "investimento" e "capital" sobre a natureza evidencia fortemente esse aspecto. Elas sinalizam um "compromisso", a meio caminho entre uma concepção da história como um processo sem fim e um procedimento de conscientização de seus limites. É possível questionar, neste caso, se o urbanismo sustentável pode ser o suporte de novas crenças de melhoria da condição humana. Seria ele um urbanismo de desilusão?

⁸ Os artigos são: (1) Barroso, Letícia e Rezende, Vera Lúcia F. O diálogo da sustentabilidade com a cidade. (2) Gabriel Mazzola Poli de. Cidades inteligentes no contexto brasileiro: a importância de uma reflexão crítica.

⁹ Ver o artigo de Letícia Barroso e Vera Rezende. A partir do estudo dos casos de Sorocaba-SP e Volta Redonda-RJ, o artigo "O diálogo da sustentabilidade com a cidade" traz uma análise sobre, respectivamente, o Programa Município VerdeAzul e o Programa Cidades Sustentáveis.

5. GOVERNANÇA, CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO.

Os arquitetos-urbanistas perderam o protagonismo da iniciativa e se mostram menos preparados para lidar com o tema do urbanismo sustentável? Em um artigo¹⁰ que relata as experiências de participação popular no planejamento urbano após a criação do Ministério das Cidades, em 2003, os autores argumentam que, diante da complexidade dos problemas urbanos atuais, o urbanista demiurgo, onipresente, cuja imagem remonta ao século XIX, já não é mais o protagonista. Ele perde sua influência decisiva para iniciativas advindas da sociedade civil, dos coletivos cidadãos que atuam no espaço público por direitos e melhorias da qualidade de vida, das instituições engajadas em processos de cooperação a serviço de comunidades vulneráveis, ou dos processos de autogestão comunitária.

Os autores defendem a tese de que a conceituação do urbanismo sustentável não pode se limitar à produção e gestão de saberes técnicos, pois envolve também a ação dos atores sociais que formulam e decidem sobre suas formas de implementação. Ao destacar o caráter inovador do processo de institucionalização de duas instâncias participativas – as Conferências das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades –, eles enfatizam a viabilidade de uma prática urbanística sustentável através da construção de amplos fóruns de debates onde se manifestam os conflitos, circulam as ideias e difundem-se as experiências. Nestas instâncias de negociação haveria o reconhecimento e o fortalecimento das arenas heterogêneas da gestão participativa como lugar central da política urbana.

A proposição da governança participativa não é estranha aos textos fundadores do urbanismo sustentável. Em verdade, eles colocam em destaque as questões e desafios da governança, admitindo que as autoridades locais e cidadãos possuem um novo papel: o da ação coletiva tomada a nível local, com uma forte ênfase na dimensão participativa. Chalas (1998, p. 205) já reconhecia que, abordar a prática do urbanismo na contemporaneidade, e de modo mais amplo a governança urbana, é primeiramente constatar o surgimento de novos elementos que interferem nesta prática ou que a determinam ou a orientam, e que, em qualquer caso, a transformam. Esses novos elementos são assim enumerados pelo autor:

- A diminuição da ação decisiva e voluntarista dos poderes públicos;
- A descentralização e, com ela, um modo de ação pública não só menos centralizada, mas menos tecnocrática e menos rígida;
- A perda dos modelos de referência e o refluxo de utopias;

¹⁰ Coelho, Will Robson e d' Oliveira, Sônia Azevedo Le Cocq. A governança participativa no planejamento urbano: uma direção do urbanismo sustentável.

- O declínio do planejamento e, em contrapartida, o avanço da abordagem de projeto inseparável da ideia de programação aberta;
- A multiplicação dos atores e das instâncias presentes no campo do urbano e correlativamente a emergência deste mesmo campo de novas capacidades de especialização;
- A compartimentação das competências e, acompanhando este movimento, a construção de saberes novos, transversais, que se cruzam ou integram diferentes abordagens e partem de setores ou de domínios anteriormente herméticos uns em relação aos outros, tal como o social e o ambiental, o emprego e a cidade, ou ainda a mobilidade e a cidade, etc.;
- O aumento de litígios e das recusas de todo tipo que emanam da vida em comunidade.

O problema é que, na experiência brasileira, os postulados desandam. Ermínia Maricato (2012) lembra que nunca fomos tão participativos mas, contraditoriamente, a possibilidade de debater temas estruturais é remota para a maior parte dos movimentos sociais e ONGs guiados pela hegemonia do “participacionismo”. Isso porque:

“...aparentemente nos ocupamos em buscar melhores condições de vida, compondo um cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, contidos nos limites de um horizonte restrito, sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo... desistimos de fazê-lo” (Maricato, 2012, p.90).

Segundo Maricato, esse esvaziamento se deve ao fato de que os movimentos sociais urbanos não dão importância à informação enquanto estratégia essencial para sua organização. Não se discute a renovação ou ampliação de lideranças, nem o surgimento de novos movimentos. Os processos pedagógicos sobre identidade, compreensão científica e ideológica do mundo foram relegados ao esquecimento. Ocorre uma atração muito forte pelo espaço institucional ou institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si (id, p.93).

Sem deixar de reconhecer a extraordinária relação de iniciativas impulsionadas pelo Ministério das Cidades, o fato é que a questão ambiental mostra-se, no horizonte atual, como a via mais promissora de enfrentamento ao capitalismo. Mas, neste caso, não haveria necessidade de distinção entre urbanismo sustentável e movimento ambientalista? O primeiro, como já sabemos, faz das comunidades locais urbanas a base da sua abordagem e oferece ao *locus* uma grande liberdade de ação. O segundo ambiciona ser uma força política nacional e, em

boa parte, é refratário a propostas urbanísticas mais progressistas como aquelas defendidas pelos movimentos ligados à Reforma Urbana.

Consideremos, por um instante, que a prática do urbanismo sustentável seja uma variante desse modo de pensar. Na impossibilidade de se alcançar o ótimo, uma saída seria, de maneira mais modesta, definir e comparar os caminhos de desenvolvimento alternativo em condições de selecionar com racionalidade os objetivos e evitar o desperdício na utilização dos recursos, superando a atual distribuição de bens operacionalizada pelo mercado. Tanto melhor se o planejamento for conduzido em um ambiente democrático, por meio de uma negociação entre os quatro grandes grupos de atores: o Estado, os empresários, os trabalhadores e os representantes da sociedade civil organizada. Essa via “soft”(?), como diz Morin (2010), empenha-se mais na metamorfose do que na revolução, sinalizando que a crise planetária desperta tanto a regressão e a desintegração quanto a emergência de forças criativas.

CONCLUSÃO

Como consideração final, não custa lembrar que há um drama urbano em curso e que ele se aprofunda, embora esse seja apenas um aspecto de uma crise muito mais fundamental que envolve o próprio futuro da espécie humana. Para citar Guattari (1992), não seria exagero enfatizar que a tomada de consciência ecológica não deverá se contentar com a preocupação com fatores ambientais, mas deverá também ter como objeto as devastações ecológicas no campo do social e no domínio mental. Sem a transformação das mentalidades e dos hábitos coletivos haverá apenas medidas ilusórias relativas ao meio material.

Ironicamente, o urbanismo sustentável, para ser efetivo, não poderá se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade. O problema urbano passou a ser um problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A construção da cidade sustentável traz uma função subjetiva que é ignorada por muitos especialistas, e que não poderia ser abandonada ao sabor do mercado imobiliário, das programações tecnocráticas e ao gosto médio dos consumidores. A "gentrificação verde" (Gould & Lewis, 2016), esse mais novo subproduto de iniciativas bem intencionadas, mostra os perigos do desvirtuamento incessante a que estamos submetidos.

A ruptura que se exige, como ensina mais uma vez Guattari, não pode ser assumida através de simples procedimentos consensuais e democráticos. Trata-se, em suma, de uma transferência de singularidade das ações criadoras para a subjetividade coletiva. Isso porque todos nós nos encontramos imprensados, de um lado, pelo nomadismo caótico da

urbanização descontrolada ou unicamente regulada por instâncias tecnocráticas e, por outro lado, pelo próprio nomadismo mental do ser humano contemporâneo que o condena a uma errância sem fim.

BIBLIOGRAFIA

- Acselrad, Henry. *Discursos da Sustentabilidade Urbana*. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional – IPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- Andrade, Liza Maria Souza de. *O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis*. In: *arquitectos 042.02*, ano 04, nov. 2003.
- Burbage, Frank. *Philosophie du développement durable*, Paris : Presses universitaires de France, 2013.
- Canclini, Néstor García. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350:
- Chalas, Yves. 1998. « L’urbanisme comme pensée pratique. Pensée faible et débat public », *Annales de la recherche urbaine*, n° 80 81, p. 205 214.
- Farr, Douglas. *Urbanismo sustentável. Desenho urbano com a natureza*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- Gould, Kenneth & Lewis, Tammy. *Green Gentrification: Urban Sustainability and the Struggle for Environmental Justice*. Routledge Library Editions, 2016.
- Guattari, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- Hottois, Gilbert. *Technoscience et sagesse?* Nantes: Pleins Feux, 2002.
- Jones, Harry. *Equity in Development Why is Important and How to Achieve it?* Overseas Development Institute, UK, <http://www.odi.org.uk/about>, 2009.
- Lévy, Albert. 2009. « La “ville durable”. Paradoxes et limites d’une doctrine d’urbanisme émergente. Le cas Seine-Arche », *Esprit*, décembre, p. 136 153.
- Maricato, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- Morin, Edgar. *Éloge de la métamorphose*. In *Le Monde*, 11 janv. 2010.
- Nunes, D.; Maltcheff, I. *Novos Coletivos Cidadãos*. Salvador: REDE, 2014.
- Raja, Raffaele. *Arquitetura Pós-Industrial*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.
- Sachs, Ignacy. *Condenados a inventar: desafios para a Cúpula da Terra de 2012*. In *Riscos e oportunidades: em tempos de mudanças*. Dowbor, L. e Lopes, C. Lopes (org.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2010, p.37-42.

Artigos da Sessão Temática

Barroso, Letícia e Rezende, Vera Lúcia F. O diálogo da sustentabilidade com a cidade. In Anais do IV Enanparq. Porto Alegre, 2016.

Coelho, Will Robson e d' Oliveira, Sônia Azevedo Le Cocq. A governança participativa no planejamento urbano: uma direção do urbanismo sustentável. In Anais do IV Enanparq. Porto Alegre, 2016.

Dório, Ana Carolina Dias. Sustentabilidade e alternativas sócio-espaciais: análise de três comunidades intencionais no sul de Minas Gerais, Brasil. In Anais do IV Enanparq. Porto Alegre, 2016.

Figueiredo, Gabriel Mazzola Poli de. Cidades inteligentes no contexto brasileiro: a importância de uma reflexão crítica. In Anais do IV Enanparq. Porto Alegre, 2016.

Rocha, Heliana Faria Mettig. Urbanismo sustentável e comunidades em áreas urbanas vulneráveis: novas utopias? In Anais do IV Enanparq. Porto Alegre, 2016.

Tão, Nicolas Guerra Rodrigues; Faustino, Alexandre da Silva; Silva, Ricardo Siloto da; Peres, Renata Bovo. Convergências dos campos urbano e ambiental em propostas conceituais que visam a sustentabilidade urbana: avanços e desafios. In Anais do IV Enanparq. Porto Alegre, 2016.

*